

# Histórias das políticas autoritárias

*Mateus Fernandes de Oliveira Almeida\**

*Resenha recebida em 27 de agosto de 2010 e aprovada em 8 de setembro de 2010*

SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez (orgs.). *História das políticas autoritárias: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e Fascismos*. Recife: UFRPE, 2010. 400p.

Mergulhar na história do autoritarismo requer um exercício de compreensão do próprio sentido epistemológico do conceito e suas variadas vertentes de expressão em diferentes contextos históricos. Tal expressão, derivada da concepção moderna de “Estado autoritário” idealizado em contraposição à democracia liberal, pode ser entendida sob três tipos definidos que se entrecruzam, mas guardam suas particularidades: estrutura de poder autoritária, personalidade autoritária e ideologia autoritária.

Com forte apelo ao culto da personalidade, reforçado pelo dom carismático de seus líderes, o autoritarismo se impôs como regime em países cuja democracia liberal capitalista não foi suficiente para alçá-los a uma condição privilegiada no cenário das potências mais poderosas do globo. O nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália tornam-se os exemplos mais relevantes deste fenômeno. Mas não foram somente estes dois países que experimentaram regimes autoritários de inspiração fascista por algumas décadas do século XX: podemos incluir nesta lista Portugal, Espanha, Brasil e Argentina.

Na esteira dos acontecimentos que se sucederam no mundo desde o fim da Primeira Guerra Mundial, e colocaram em estado de alerta os regimes democráticos liberais, modelos autoritários de expressão de poder floresceram por todo o Ocidente. Por representar um tema de extrema importância na história política e social façamos então uma breve exposição dos artigos contidos no livro, alguns mais privilegiados que outros, por força dos limites desta resenha, com a pretensão de passar para o leitor uma ideia suficiente de seu conteúdo.

---

\* Doutorando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No artigo “Régimes politiques et développement entre lês deux guerres: lês limites de la séduction exercée par les modèles fasciste et nazi” (1920-1945), Didier Musiedlak expõe os problemas políticos, sociais e econômicos sofridos pela Itália e Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial que puseram abaixo seus regimes liberais, abrindo espaço para o surgimento de governos autoritários nesses países. Ao apontar os fatores responsáveis pela emergência do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, Musiedlak estabelece um quadro analítico e comparativo entre as experiências italiana, alemã, ibérica e sul-americana, para apontar as semelhanças e diferenças existentes entre o nazismo, o fascismo, o salazarismo, o franquismo e o Estado Novo; e movimentos organizados como a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Accion Nacionalista Argentina/Afirmacion de una Nueva Argentina (ANA/ADUNA) e a Movimiento Nacional Socialista au Chili.

A derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial significou a derrota do autoritarismo como regime político e doutrina ideológica em todo o Ocidente, abalando, mas não extinguindo, os movimentos de extrema direita por conta da vitória dos Aliados, sob o manto da democracia liberal e dos bem sucedidos planos econômicos norte-americanos dirigidos à Europa no pós-guerra. Os partidos ainda continuaram a atuar mesmo com as políticas de depuração e expurgo de células e organismos extremistas na Alemanha, Itália e também na França no imediato pós-guerra, mas que não atingiram os altos escalões da estrutura partidária, militar e institucional dos regimes nazi-fascistas, se restringindo aos funcionários subalternos.

O resultado desse processo é notado hoje quando nos deparamos com movimentos classificados como neofascistas ou neonazistas em vários países da Europa e também da América Latina e Estados Unidos, motivo pela qual o culto a estas ideologias nunca desapareceu de fato ao longo das décadas. Tema em que Fábio Chang de Almeida se debruça em artigo intitulado “Neofascismo, uma abordagem histórica”, com bastante habilidade para nos fazer entender como sobrevivem e se articulam estes movimentos de direita radical em sua face mais violenta.

O artigo de Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, “Revisão Editora e Integralismo: anti-semitismo como estratégia de discurso”, chama atenção para esse problema ao abordar o discurso anti-semita presente nas obras da Editora Revisão, fundada por S. E. Castan em 1987 em Porto Alegre e especializada em difundir teses que contestavam o Holocausto. Amparado nas ideias de Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Miguel Reale, Castan dirigia fortes críticas ao sionismo internacional e atacava os judeus, acusando-os de impedir a integração nacional e

desagregar a sociedade brasileira. A defesa incondicional do nacionalismo revestia-se então de um forte racismo anti-judaico de caráter político, econômico e cultural. O autor conclui que muitos movimentos revisionistas e negacionistas espalhados por todo mundo usam os meios de comunicação, sobretudo a internet, para divulgar suas ideias racistas sob o disfarce do discurso nacionalista e histórico.

O autoritarismo lusitano é foco central em dois artigos escritos, um por António Costa Pinto, “‘Caos e ordem’: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário”, e outro por Fernando Martins, “O segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: origens, decadência e queda”. Neles, abordagens de temas como a fundação do Integralismo Lusitano, a abertura de espaço político para alternativas carismáticas e o nacional-sindicalismo, denunciam a falência da democracia liberal portuguesa. O Salazarismo guarda raízes nesta série de eventos que tiveram início em 1910, com a Revolução Republicana. Contudo, a fragilidade do novo regime frente aos conflitos políticos e os problemas socioeconômicos enfrentados durante a Primeira Guerra Mundial fez dos militares os principais agentes da política lusitana até a ascensão de Oliveira Salazar ao poder. Em nome da unidade nacional e objetivando a centralização do poder em suas mãos, Salazar não mediu esforços para combater os nacional-sindicalistas e integralistas portugueses.

A parte mais rica do livro dedica-se aos estudos sobre o Integralismo e a propaganda nazista no Brasil, dentre os quais podemos destacar os artigos de Ana Maria Dietrich, “Nazismo do Oiapoque ao Chuí: a distribuição dos grupos nazistas no Brasil dos anos 1930”; Philonila Maria Nogueira Cordeiro, “A propaganda Nazista em Pernambuco”; Imgart Grützmann, “‘Por Deus, pátria e família’: Integralismo, germanismo e nacional-socialismo no Almanaque Der Heimatbote (1935;1937-1938)”; Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, “A busca da essência na continuidade: o pensamento Integralista nos séculos XX e XXI: do Sigma ao Sigma”; Renato Alencar Dotta, “Apontamentos para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938)”; Sílvia Regina Ackermann, “O crime na barbearia: um ex-Integralista no Tribunal de Segurança Nacional”; Pedro Ernesto Fagundes, “Os ‘batins verdes’ da Província Integralista Fluminense”; Gustavo Felipe Miranda, “Os integralistas no Rio de Janeiro: organização e atuação no Estado Novo”.

Neste último, o autor se propõe a pensar o Integralismo no Estado Novo e a interpretar o movimento a partir de quadros intermediários e dirigentes regionais que atuaram na cidade do Rio de Janeiro entre 1937 e 1942 como lideranças de grupos organizados em associações

de diversos tipos, tais como clubes de futebol, blocos carnavalescos, associações de ajuda mútua e organizações voltadas para a educação; o autor analisa a atuação da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, fundada em 1940, na divulgação dos ideais integralistas aos jovens cariocas. O momento desfavorável à ação dos integralistas levou a estas estratégias de organização, que sobreviveram até a entrada do Brasil na Segunda Guerra, quando a repressão aumentou e o governo proibiu a existência dessas entidades até a queda do Estado Novo, em 1945.

No texto de Pedro Ernesto Fagundes, a cidade fluminense de Niterói é palco da palestra intitulada “O que é Integralismo”, proferida por Plínio Salgado em 1933, no Liceu Nilo Peçanha, para anunciar ao público fluminense a AIB. No mesmo mês, no dia 15, Salgado retorna ao Liceu para pronunciar nova palestra a “Exegese da Revolução”. O sucesso das visitas de Plínio Salgado levou à fundação da “Província Integralista Fluminense”, instituição que ao longo de sua breve existência (1933-1937) arregimentou para seus quadros o maior número de cor-religionários, se comparada a qualquer outra parte do país. Ao longo do artigo, o autor discorre sobre as atividades políticas e eleitorais dos “camisas verdes” no estado do Rio de Janeiro, nas eleições legislativas de 1934 e as relações com a Igreja Católica, preocupada em ampliar seu espaço e interferir em questões de ordem política, econômica e social; daí o termo “batinas verdes” utilizado pelo autor no título de seu artigo, dando ênfase à aproximação de entidades católicas como a Liga Eleitoral Católica e o Centro Dom Vital com os integralistas. O diálogo constante entre a Igreja Católica e os integralistas também está presente no artigo de Carlos André Silva de Moura, “Na política e na fé, Anauê: o Movimento de Restauração Católica entre os intelectuais da faculdade de Direito do Recife (1930-1937)”.

Apesar de toda produção no campo da literatura e da poesia, de sua atuação política e intelectual no século passado, para muitos a figura de Plínio Salgado, quando lembrada, não vai além do que a de líder de um movimento fascista que surgiu na década de 1930 com o nome de Integralismo. No entanto, o esforço de pesquisadores como Leandro Pereira Gonçalves tende a rever esta condição. No artigo “Literatura e Autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado”, o autor demonstra através das poesias e dos romances do líder Integralista que seu engajamento literário reflete muitas de suas inclinações políticas, sendo de suma importância para a compreensão das bases doutrinárias do pensamento autoritário Integralista e outros ideais como a defesa da identidade nacional frente ao estrangeirismo cosmopolita, o nacionalismo exacerbado, o antiliberalismo e o Estado integral. Outra importante análise sobre

Plínio Salgado encontra-se no artigo “Tempo de exílio: Plínio Salgado, religião e política” de Maurício Parada, abordando o período em que o líder Integralista ficou exilado em Portugal.

Vale ressaltar o texto de Rodrigo Christofolletti, “Breves comentários sobre a historiografia do Integralismo no pós-guerra e o cinqüentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo”. Nele, Christofolletti expõe os caminhos traçados pela historiografia do movimento Integralista ao longo dos últimos quarenta anos, com destaque para as produções a partir dos anos 2000, cujas novas perspectivas teóricas e metodológicas dos historiadores levaram a novas abordagens sobre o pensamento de direita no Brasil. Isso se deve também às circunstâncias políticas, acadêmicas e sociais observadas em determinadas conjunturas ao longo das últimas décadas, suas variantes interpretativas e a pluralidade de questões levantadas sobre o tema. Outro assunto admitido no texto é a publicação da “Enciclopédia do Integralismo”, em 1957, como o mais rico material já produzido sobre o Integralismo, mas pouco conhecido, mesmo entre o público acadêmico especializado.

A amplitude temática do livro é digna de nota, com abordagens dos mais variados enfoques sobre a história do autoritarismo: regimes políticos de extrema direita, experiências e movimentos autoritários em âmbito internacional, nacional e regional, historiografia e memória; muito embora não traga estudos e referências ao autoritarismo de esquerda, sobretudo no campo ideológico e doutrinário baseado na experiência stalinista soviética, entre outros temas importantes. O que não acontece com a classe trabalhadora e movimentos articulados a projetos nacional-sindicalistas, como no caso de Portugal em texto já referendado e a Argentina, em artigo de Juan Manoel Padrón, intitulado “Corporativismo y democracia: algunas consideraciones sobre el ideario político nacionalista, Argentina (1943-1966)”. Para o caso brasileiro temos o texto de Emília Carnevali da Silva, “A Legião Cearense do Trabalho e a Classe Trabalhadora Cearense de 1930”. Nesse artigo, a autora discorre sobre a fundação da Legião Cearense do Trabalho pelo militar católico Severino Sombra com o propósito de difundir o nacionalismo e a fé católica entre o operariado cearense de Recife; contra a propaganda comunista e de esquerda, a favor da defesa e da colaboração entre as classes sociais, se aproximando, dessa forma, do discurso e das ações dirigidas pelo governo getulista em seu esforço para tutelar a classe operária e impedir a autonomia de suas organizações sindicais.

São vinte e dois artigos, organizados por Leandro Pereira Gonçalves, Maurício Parada e Giselda Brito Silva, autora do artigo “Ar-

quívocos policiais e política autoritária: a função política dos arquivos policiais na repressão aos integralistas”. Como vimos, a obra reúne desde estudos dedicados ao tema sobre a influência nazista e fascista no Brasil e o Integralismo, até artigos sobre autoritarismo em Portugal; o ideário nacionalista na Argentina, a política fascista e nazista no entre guerras e o neofascismo; as ações nazistas na perseguição aos ciganos na Alemanha, tema muito bem explorado por Ania Cavalcante em “Perseguição, trabalho forçado e extermínio de ciganos durante o nazismo, 1938-1945”, com espaço também para as “Memórias da Segunda Guerra Mundial por um pracinha”, escrito por Karl Schurster. Isso faz da obra um referencial para pesquisadores e todos aqueles que se interessam pela temática.